

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 7223/2022

Sumário: Designa o licenciado Carlos Alberto Fernandes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P.

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, prevê, no n.º 4 do artigo 19.º, que a designação dos membros do conselho diretivo dos institutos públicos é efetuada na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento para os cargos de direção superior da Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Local e Regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, doravante abreviadamente designado Estatuto do Pessoal Dirigente;

Considerando que, nos termos previstos nos artigos 18.º e 19.º do mencionado Estatuto, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) concluiu o procedimento concursal relativo ao cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., divulgado pelo Aviso (extrato) n.º 16799/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 2 de setembro de 2021, tendo o respetivo júri apresentado proposta fundamentada de designação, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º do mesmo Estatuto, determino o seguinte:

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o previsto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua atual redação:

1 — Designo o licenciado Carlos Alberto Fernandes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 196/2012, de 23 de agosto, que aprova o diploma orgânico do Instituto de Informática, I. P.

2 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

31 de maio de 2022. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos*.

ANEXO

Nota curricular

Carlos Alberto Fernandes Pinto, nascido a 3 de abril de 1967 na Guarda.

Habilitações académicas e formação profissional:

Licenciatura em Direito pela Universidade Internacional de Lisboa (1990) e pós-graduação em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004).

Experiência profissional:

Vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., em regime de substituição, de 6 de outubro 2020 até à data.

Diretor do Departamento de Gestão e Administração no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., entre janeiro e outubro de 2020.

Técnico superior do Gabinete de Auditoria do Sistema de Segurança Social do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de outubro a dezembro de 2019.



Chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social no XXI Governo Constitucional, entre novembro de 2015 e outubro de 2019.

Adjunto do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre abril e novembro de 2015. Assessor jurídico no Gabinete do vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre novembro de 2013 e abril de 2015.

Técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia. Assessor do Secretário de Estado da Segurança Social nos XVII e XVIII Governos Constitucionais (2009-2011).

Em 2008 tomou posse na categoria de assessor jurídico da carreira de consultor jurídico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diretor-coordenador de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1998 e 2002.

De 1996 a 1998 foi assessor da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 1992 ingressou na Administração Pública como consultor jurídico de 2.ª classe no mapa de pessoal da Direção-Geral de Apoio Técnico à Gestão do Ministério do Emprego e da Segurança Social (MESS) e posteriormente, até 1996, pertenceu ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS).

De 1991 a 1992 frequentou e concluiu o estágio profissional de advocacia, ministrado pela Ordem dos Advogados.

De 2008 a 2021, foi vogal suplente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, eleito pela Assembleia da República.

315383807